



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

2ª ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA

05 e 06 DE SETEMBRO DE 2011

ATA

1 Às nove horas do quinto dia do mês de setembro de dois mil e onze, no Auditório do
2 Edifício Sede da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em
3 Brasília, Distrito Federal, reuniu-se o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com
4 Deficiência/CONADE, sob a Presidência do Sr. Antônio José Nascimento Ferreira.
5 **Estiveram Presentes os Conselheiros Governamentais Titulares:** Sra. Milena Souto
6 Maior de Medeiros, Representante da Casa Civil da Presidência da República; Sra.
7 Magda Hennes, Representante do Ministério das Cidades/MCidades; Sr. Joelmo Jesus
8 de Oliveira, Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia/MCT; Sr. Joiran
9 Medeiros da Silva, Representante do Ministério da Educação/MEC; Sr. Rivaldo Araújo
10 da Silva, Representante do Ministério do Esporte/ME; Sr. Fábio Borges de Abreu,
11 Representante do Ministério do Trabalho e Emprego; Sr. Marcos Cordeiro de Souza
12 Bandeira, Representante do Ministério dos Transportes/MT; Sr. Antônio José do
13 Nascimento Ferreira, Representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência
14 da República; Sra. Thays de Souza Nogueira, Representante da Secretaria de Políticas
15 para as Mulheres da Presidência da República; Sr. Evangel Vale dos Santos Júnior,
16 Representante dos Conselhos Estaduais; Sr. Ricardo de Oliveira Pedroso,
17 Representante dos Conselhos Municipais; Elyria Bonetti Yoshida Credidio,
18 Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS –. **Os**
19 **Conselheiros Governamentais Suplentes:** Sra. Aline Camila Romão Mesquita,
20 Representante do Ministério da Cultura/MinC; Sra. Ana Lúcia da Silva, Representante
21 da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Sra. Nathalie Albieri
22 Laureano, Representante da Casa Civil da Presidência da República. **Os**
23 **Conselheiros Não-Governamentais Titulares:** Sra. Cleomar Martins de Lima,
24 Representante da Associação Brasileira de Autismo/ABRA; Sr. Roberto Paulo do Vale
25 Tiné, Representante da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência de

26 Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade; Sr. José Antônio Ferreira Freire,
27 Representante da Confederação Brasileira de Desporto de Deficientes Visuais; Sra.
28 Valdenora da Cruz Rodrigues, Representante do Movimento de Reintegração das
29 Pessoas Atingidas pela Hanseníase/MORHAN; Sr. Janilton Fernandes Lima,
30 Representante da Confederação Nacional do Comércio/CNC; Sr. Isaías Dias,
31 Representante da Central Única dos Trabalhadores; Sr. José Alcides Marton da Silva,
32 Representante da União Brasileira dos Serviços de Referência em Triagem Neonatal
33 Credenciados/UNISERT; Sr. Joaquim Santana Neto, Representante da Ordem dos
34 Advogados do Brasil/OAB; Sr. Adnilson Marins dos Santos, Representante da
35 Federação nacional das APAEs/FENAPAE; Sra. Ester Alves Pacheco Henriques,
36 Representante da Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi/FENASP; Sr.
37 Domingos João Montagna, Representante da Federação das Fraternidades Cristãs de
38 Doentes e Deficientes do Brasil/FCD/BR; Rosangela da Silva Santos, Representante
39 da Federação das Associações de Renais e Transplantados do Brasil/FARBRA; Sr.
40 José Carlos de Oliveira, Representante da Federação Nacional de Educação
41 Integração de Surdos/FENEIS. **Os Conselheiros Não-Governamentais Suplentes:**
42 Sr. Erivaldo Fernandes Neto, Representante da Federação nacional das
43 APAEs/FENAPAE; Sr. Marcos Antônio Gonçalves, Representante da Federação
44 Nacional das Avapes/FENAVAPE; Sra. Glauciane Costa Santana, Representante da
45 Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down/FBASD; Luiz Cláudio
46 Pontes da Silva, Representante da Associação Brasileira de Rúgbi em Cadeiras de
47 Rodas. **Convidados e Observadores:** Sr. Fernando Haddad, Ministro de Estado Chefe
48 da Educação; Sra. Maria do Rosário Nunes, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de
49 Direitos Humanos da Presidência da República; Sra. Celina Pereira, Representante da
50 Casa Civil da Presidência da República; Sr. Juliano, Representante da Casa Civil da
51 Presidência da República; Sr. Hélcio Estáquio Rizzi, Representante da Secretaria
52 Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência/SNPD. **Pauta:** 1)
53 Abertura – Presidente do CONADE; 2) Aprovação da Proposta de Pauta da II Reunião
54 Extraordinária; 3) Apreciação do Plano Nacional Para Pessoas com Deficiência; 4)
55 Parecer do CONADE acerca do Edital do Ministério da Cultura voltado para pessoas
56 com deficiência.

57

58 **DIA 05 DE SETEMBRO DE 2011**

59 **Abertura e Aprovação da Proposta de Pauta da II Reunião Extraordinária.**
60 Verificado quórum por meio de chamada oral, a reunião foi aberta pelo Conselheiro

61 Roberto Paulo do Vale Tiné, devido à ausência momentânea do Presidente do
62 Conselho, Sr. Moisés Bauer Luiz, que encontrava-se em agenda externa do país, e do
63 Vice-Presidente, Antônio José Nascimento Ferreira, que reunia-se com a Ministra de
64 Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ministra
65 Maria do Rosário Nunes. Após, realizou a leitura da pauta. Ao passo que devido às
66 manifestações dos conselheiros quanto ao Conselho fazer somente a apreciação do
67 Plano Nacional Para Pessoas com Deficiência a Conselheira Rosângela da Silva
68 Santos propôs que fosse acrescido ao final da pauta o item de deliberação do
69 Conselho acerca do referido Plano. O Conselheiro Domingos João Montagna solicitou
70 inserir como ponto de pauta o edital 01/2011 da Secretaria de Direitos Humanos e o
71 Acórdão 810 de 2010 do TCU, que proibia o convênio com entidades cujo membros
72 fossem conselheiro do CONADE. Todavia, a Conselheira Rosângela da Silva Santos
73 afirmou que não poderia ser discutido tal acórdão, pois o processo referente ao mesmo
74 encontrava-se sob sigilo e, com isso, sugeriu a apreciação da matéria na próxima
75 reunião. Proposta esta acatada pelo Conselheiro. Isto posto, foi aprovada a pauta com
76 a sugestão de alteração. **Apreciação do Plano Nacional Para Pessoas com**
77 **Deficiência.** A Sra. Celina Pereira destacou que a coordenação da elaboração do
78 plano foi feita através de parceria entre o órgão que representa, a Casa Civil da
79 Presidência da República, e a Secretaria de Direitos Humanos, que promoveu toda a
80 articulação necessária para a elaboração do mesmo. Afirmou que o trabalho ora
81 apresentado era a consolidação das ações já executadas e demandavam
82 aprimoramento, além de ações novas propostas pelos Ministérios que compuseram o
83 grupo técnico interministerial. Com base nessas propostas, o plano foi dividido em
84 quatro eixos temáticos, os quais seriam: Acesso à Educação e ao Trabalho; Ampliação
85 e Qualificação da Rede de Reabilitação do SUS; Inclusão e Proteção Social; e
86 Acessibilidade Física e Tecnológica. Com isto, o Sr. Hélcio Estácio Rizzi informou que
87 o primeiro eixo dividia-se em dois tópicos: Trabalho – acesso e permanência; e
88 Educação – acesso e permanência. O Primeiro item do subtópico Trabalho – acesso e
89 permanência era alterações no Benefício de Prestação Continuada/BPC, que tinha
90 como nova proposta a suspensão do benefício e o acúmulo do mesmo com renda da
91 aprendizagem; o segundo item seria a qualificação: Programa Nacional de Acesso ao
92 Ensino Técnico e Emprego/PRONATEC e Plano Nacional de Qualificação/PNQ, cujos
93 ministérios responsáveis eram o Ministério da Educação/MEC e Ministério do Trabalho
94 e Emprego/MTE e garantiria a oferta de 5% das vagas para pessoas com deficiência
95 nos cursos técnicos de nível superior e formação inicial continuada oferecidos pelo

96 PRONATEC; e 10% de vagas nos cursos oferecidos pelo PNQ; a terceira ação desse
97 eixo seria a promoção do acesso ao trabalho aos beneficiários com deficiência do BPC
98 Trabalho; A quarta ação era o Banco Nacional de Empregos, cujo objetivo era o
99 desenvolvimento de sistema de informações *online*, de forma a disponibilizar dados
100 profissionais de pessoas com deficiência à procura de trabalho e dados referentes a
101 vagas disponíveis em empresas privadas. O Primeiro item do subtópico Educação –
102 acesso e permanência era tornar o transporte escolar acessível através da aquisição
103 de veículos urbanos acessíveis, visando promover a inclusão escolar por meio da
104 garantia das condições de acesso e permanência na escola, sendo priorizados os
105 municípios com o maior número de beneficiários do BPC em idade escolar que não
106 frequentavam a escola; a segunda ação era o aprimoramento do Programa BPC na
107 Escola, realizando o acompanhamento e monitoramento do acesso e permanência na
108 escola dos beneficiários do BPC com deficiência de 0 a 18 anos. A terceira ação deste
109 tópico era escola acessível, ação do Ministério da Educação que demandava
110 aprimoramento e visava a disponibilização de recursos por meio do Programa Dinheiro
111 Direto da Escola às Escolas públicas com matrícula de pessoa com deficiência para
112 adequação arquitetônica e aquisição de tecnologia assistiva. A quarta ação visava a
113 implantação de novas salas e complementação de recursos tecnológicos a salas já
114 existentes, tanto para as salas de Tipo I, com kit geral de recursos, quanto para as
115 salas de Tipo II, com kit adicional de recursos para o ensino do Braille, kits que seriam
116 mobiliário, equipamentos, materiais didáticos e pedagógicos acessíveis. A quinta ação
117 previa acessibilidade na educação superior, por meio do apoio a projetos para criação,
118 ampliação e fortalecimento de núcleos de acessibilidade, a fim de garantir as condições
119 de acesso e participação aos estudantes com deficiência, por meio da eliminação de
120 barreiras físicas, pedagógicas, nas comunicações e informações, nos ambientes,
121 instalações, equipamentos e materiais didáticos. A última ação desse eixo visava a
122 promoção de acessibilidade dos estudantes com surdez usuários de libras, além do
123 provimento de cargos de tradutor intérprete de libras, professor para o ensino de libras,
124 obrigatoriedade da disciplina em todas as licenciaturas e cursos de fonoaudiologia,
125 além de técnicos para atuarem nos núcleos de acessibilidade. Destacou que o segundo
126 grande eixo visava a ampliação e qualificação da rede de reabilitação do SUS, para
127 tanto existiam quatro vetores dentro desses eixo, os quais seriam: implantação de
128 centros de referência e unidades integradas de reabilitação; ampliação do acesso a
129 órtese e prótese; prevenção, identificação e intervenção precoce de deficiência; e
130 transporte para acesso à saúde. Com relação ao primeiro vetor, informou que tinha

131 como meta a ampliação do credenciamento dos serviços de reabilitação física, auditiva,
132 visual e ou intelectual do SUS, cuja previsão era de a habilitação de 62 novos serviços
133 de reabilitação; e entre 2012 e 2014 a criação de 85 Unidades Integradas de
134 Reabilitação (UNIR) e a criação de 75 Centros de Referência em Reabilitação (CER);
135 além de fomentar a adequação física e aquisição de equipamentos para os centros
136 cirúrgicos de mil hospitais gerais, garantindo assistência odontológica para pessoas
137 com deficiência, com investimento de 50 milhões de reais; e a participação da Rede
138 Sarah na definição dos protocolos e processos de trabalho de reabilitação física junto
139 às UNIR e aos CER. Após, apresentou o segundo vetor, que preconizava ampliação do
140 acesso a órtese e prótese, cuja meta em 2011 era: a implantação de oito oficinas
141 ortopédicas para a confecção e adaptação de órtese e prótese e meios auxiliares de
142 locomoção; e meta entre 2012 e 2014 era de implantação de 22 oficinas ortopédicas,
143 ampliando em 50% o número de oficinas; implantação de pelo menos uma oficina
144 ortopédica fixa por unidade da federação, prioritariamente nas regiões Norte e
145 Nordeste; além da implantação de 16 oficinas ortopédicas itinerantes. Com relação a
146 ampliação da oferta de órteses e próteses, destacou que a ação tinha como meta em
147 2011 inclusão na tabela de produtos estratégicos do SUS e procedimento para
148 manutenção a órteses, com o aumento de recursos da ordem de 217 milhões de reais;
149 e entre 2012 e 2014 revisão e adequação da tabela de produtos estratégicos do SUS;
150 ampliação da oferta de órtese e prótese pelo serviço de reabilitação até 2014; além da
151 qualificação de profissionais de saúde de nível técnico e superior em órtese e prótese
152 para atuação nas oficinas; Apontou que a próxima ação “prevenção, identificação e
153 intervenção precoce de deficiências” previa a ampliação e qualificação da triagem
154 neonatal, com a inclusão de duas novas patologias, deficiência de biotinidase e
155 hiperplasia adrenal congênita, no teste do pezinho; além de , formar grupo técnico do
156 Ministério da Saúde para estudo, diagnóstico de serviços, ações para o segmento de
157 crianças de risco e ou com deficiência e pactuar propostas de atuação e estratégias
158 para o segmento; entre 2012 e 2014 ampliar em até 100% a cobertura nos estados da
159 fase três da triagem neonatal, o teste do pezinho; além de criar o sistema nacional para
160 o monitoramento e busca ativa da triagem neonatal, teste do pezinho, triagem auditiva
161 neonatal e teste de reflexo vermelho. Ainda nessa ação, destacou a atuação dentro da
162 Rede Cegonha, cuja qualificação do pré-natal e da atenção ao parto e nascimento para
163 torná-los mais seguros e humanizados eram medidas efetivas para a redução de
164 ocorrências de deficiências, bem como para identificação e intervenção precoce das
165 mesmas. Para tanto, seria necessária a ativação de práticas preventivas no âmbito da

166 atenção básica e prioritariamente nas ações da rede cegonha a partir de lógica de
167 linhas de cuidado para a atenção integral ao recém-nascido de risco, com o
168 estabelecimento de protocolos clínicos para a identificação e intervenção precoce de
169 deficiências, tais como a elaboração do protocolo da triagem auditiva neonatal e do
170 protocolo clínico para detecção e intervenção precoce e prevenção de deficiências
171 visuais, saúde ocular; além disso a elaboração e publicação de protocolos e diretrizes
172 clínicas voltados para deficiências específicas, como síndrome de down, autismo,
173 paralisia cerebral, lesão medular, acidente vascular encefálico, amputados,
174 traumatismo crânio encefálico e deficiência intelectual. Apontou que quanto ao vorto
175 transporte para acesso à saúde, o Ministério da Saúde faria o financiamento para
176 aquisição e ou adaptação de veículos para transporte de pessoas com deficiência para
177 acesso aos serviços de saúde, além de criação de linha de crédito junto ao Banco
178 Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social/BNDES. E a meta seria o
179 atendimento de 100% dos municípios com mais de 100 mil habitantes. Na sequência,
180 destacou que o próximo eixo, inclusão e proteção social era composto por cinco
181 grandes temas: residências inclusivas, que abrangia o co-financiamento do serviço de
182 acolhimento institucional em residências inclusivas para jovens e adultos com
183 deficiência e a meta era o co-financiamento de 100 residências inclusivas até 2014;
184 centrais de intérpretes de libras: ação nova da Secretaria de Direitos Humanos, com o
185 bjetivo oferecer serviços de intermediação da comunicação de pessoa com deficiência
186 auditiva cuja meta até 2014 seria de 21 centrais implantadas; Segundo Tempo Pessoa
187 com Deficiência, aprimoramento de ação existente, que visava a garantia do acesso
188 das pessoas com deficiência ao esporte educacional de qualidade, sendo
189 contemplados até o final de 2014 11 mil estudantes; Esporte e lazer da cidade, ação do
190 Ministério do Esporte que objetivada a criação de núcleos promotores do
191 desenvolvimento de atividades educativas, de esporte recreativo e lazer, sendo
192 destinada 10% da meta às pessoas com deficiência; Inclusão e promoção social,
193 criação de rede de centros de desenvolvimento de esporte recreativo e de lazer, que
194 garantiria linha de pesquisa específica no edital da rede dos centros de
195 desenvolvimento de esporte recreativo e de lazer para pessoas com deficiência.
196 Principiando o último eixo, informou que o mesmo possuía dois vetores: tecnologia
197 assistia; acessibilidade física. Com relação à acessibilidade física, apontou o Programa
198 Minha Casa, Minha Vida, cujo objetivo era a construção de moradias adaptáveis e
199 disponibilização de kits para adaptação, 100;% das casas construídas com recursos do
200 FAR, adaptáveis, e disponibilização de kits para adaptação dos imóveis a 3% do total

201 de beneficiários; centros tecnológicos cães-guia: apoio à criação e manutenção de
202 centros de formação em nível técnico de treinadores, instrutores de cães-guia e centros
203 de treinamento de cães-guia; programa de inovação tecnológica em tecnologia
204 assistiva, cujo objetivo era apoiar projetos de desenvolvimento tecnológico em
205 tecnologia assistiva a partir do diagnóstico de demandas de governo e da iniciativa
206 privada que atua no setor, para o desenvolvimento de produtos, processos e
207 metodologias, com previsão de articulação com a política de compras governamentais
208 e integração ao comitê nacional de tecnologia assistiva; Centro Nacional de Referência
209 em Tecnologia Assistiva, que visava a criação do Centro Nacional de Referência em
210 Tecnologia Assistiva como o articulador de rede nacional de tecnologia assistiva, sendo
211 a rede composta pelos núcleos interdisciplinares de tecnologia assistiva que o
212 Ministério da Ciência e Tecnologia fomentaria nas unidades de pesquisa e nas
213 universidades, pelas empresas brasileiras do setor e pelas entidades da sociedade civil
214 que atuavam com e para as pessoas com deficiência; catálogo nacional de tecnologia
215 assistiva, adequação do catálogo aos produtos de saúde ofertados pelo SUS, o qual
216 continha informações sobre os produtos de tecnologias assistivas fabricados e
217 distribuídos no Brasil para suprir as necessidades de informação qualificada sobre os
218 produtos que contribuíam e melhoravam a qualidade de vida das pessoas com
219 deficiência e pessoas idosas. Por fim, o Sr. Hécio Estáquio Rizzi apresentou algumas
220 ações do Governo Federal para o segmento das pessoas com deficiência, as quais
221 seriam: constituição de um grupo de trabalho para elaboração do estatuto da pessoa
222 com deficiência; criação do comitê interministerial de tecnologia assistiva; modelo único
223 de valoração e classificação da deficiência; acompanhante do servidor com deficiência;
224 acessibilidade no governo eletrônico; registro nacional de produtos e tecnologia
225 assistiva; material sobre acolhimento no SUS; caderno de atenção básica, com o tema
226 de cuidado de pessoa com deficiência; manual de estrutura física das unidades básicas
227 de saúde; capacitação das equipes do SUAS; estabelecimento de protocolo de
228 acessibilidade cultural nas praças do PAC. Isto posto, o Conselho adotou a
229 metodologia de destaques durante a apresentação do plano e o primeiro destaque feito
230 foi no item qualificação Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e
231 Emprego/PRONATEC e Plano Nacional de Qualificação/PNQ pelo Conselheiro Marcos
232 Antônio Gonçalves, que questionou qual seria a metodologia adotada para garantir a
233 chegada dos recursos aos municípios e entidades executoras. A Conselheira
234 Rosângela da Silva Santos indagou como é que estava a qualificação dos cursos e
235 quais as perspectivas que as pessoas tinham em convênios, perspectivas de trabalho

236 ou estágio remunerado. O Conselheiro Fábio Borges de Abreu destacou que a meta de
237 10% era uma meta ousada e dificilmente a alcançaria no corrente ano, considerando
238 uma série de dificuldades, que perpassavam desde o transporte do aluno à sede do
239 curso, a elaboração de material didático. Todavia, trabalhava-se para integrar o sistema
240 nacional de emprego, as vagas ofertadas pelas empresas aos cursos, para que ao
241 término do curso a pessoa fosse indicada para uma vaga de estágio ou como aprendiz.
242 Ponderou ainda que o temário não era área dele e posteriormente traria a técnica
243 responsável para prestar maiores esclarecimentos. Respondendo à Conselheira
244 Rosângela da Silva Santos, o Sr. Juliano, representante da Casa Civil da Presidência
245 da República, esclareceu que o PRONATEC propunha não apenas a uma reserva de
246 vagas, mas também garantir as condições de acessibilidade para que a pessoa com
247 deficiência pudesse participar integralmente dos cursos. E previa também não só de
248 curso de formação inicial continuada, como cursos técnicos para a obtenção do
249 diploma. Além disso, havia uma demanda por trabalhadores para que as empresas
250 cumprissem suas cotas e como o BPC permitiria acúmulo com os contratos de
251 aprendizagem, o aluno poderia ser contratado como aprendiz durante até dois anos
252 sem deixar de receber o benefício. A Conselheira Elyria Bonetti Yoshida Credidio
253 acresceu que a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC instituiu,
254 nos Institutos Federais, o núcleo de atenção às pessoas com necessidades
255 específicas, a fim de acompanhar os alunos com deficiência nos cursos oferecidos de
256 nível técnico e de formação inicial, preocupando-se com a adequação da pessoa com
257 deficiência e suas necessidades aos cursos que oferecidos. Por fim, o Conselheiro
258 Joiran Medeiros da Silva afirmou que no PRONATEC todas as agências deveriam
259 encaminhar e fortalecer as questões de acessibilidade para que a pessoa com
260 deficiência tivesse acesso comum aos cursos e, posteriormente, encaminhada a um
261 estágio ou à aprendizagem. Com relação ao BPC Trabalho, o Conselheiro Marcos
262 Antônio Gonçalves ponderou que haviam 1,749 milhões de pessoas beneficiárias do
263 BPC e, com as alterações propostas ao benefício, as empresas seriam obrigadas a
264 contratar pessoas com deficiência. Destacou que era necessário ousadia no
265 lançamento do plano, com o envolvimento dos municipais, estaduais e as empresas.
266 Por fim, destacou positivo um projeto piloto desenvolvido entre o INSS e o MDS. Ao
267 passo que a Conselheira Elyria Bonetti Yoshida Credidio esclareceu que foi assinado o
268 protocolo para a participação de mais cidades no projeto piloto, tal como João Pessoa,
269 Porto Alegre, Recife, Belém, Campo Grande, Teresina, Fortaleza e Curitiba e com isso
270 cumpria-se a meta para 2011. Com relação à quarta ação do primeiro eixo, Banco

271 Nacional de Empregos, o Conselheiro Janilton Fernandes Lima felicitou a iniciativa de
272 criação do banco e questionou como seria feita a implementação do mesmo, se com as
273 participações das confederações e das centrais sindicais. Na sequência, o Conselheiro
274 Antônio José Nascimento Ferreira esclareceu que o banco nacional de talentos era um
275 produto antigo da SNPD, pronto desde 2008. Outrossim, o projeto foi passado ao MTE,
276 com o objetivo de complementar as ações no que se referia ao acesso a emprego.
277 Tornando-se com isso um banco acessível, no qual as pessoas com deficiência do
278 Brasil inteiro postariam seus currículos, para que o empresário fizesse uma proposta de
279 emprego em uma intermediação direta. Portanto, o projeto foi passado ao MTE para
280 que o mesmo fizesse a customização do Portal e o mesmo passaria a se chamar
281 Banco Nacional de Empregos. Com isso, o Conselheiro Evangel Vale dos Santos
282 Júnior sugeriu uma central de editais com as vagas garantidas para pessoas com
283 deficiência dentro do portal. O Conselheiro Joaquim Santana Neto sugeriu a discussão
284 dentro do CONADE do projeto. Ao passo que o Conselheiro Antônio José Nascimento
285 Ferreira considerou que o banco nacional de talentos foi apresentado ao pleno do
286 CONADE em 2009. Não obstante, ponderou que o mesmo poderia ser reapresentando
287 após as adequações sofridas no MTE. O Conselheiro Isaías Dias questionou qual a
288 possibilidade do banco nacional de empregos trabalhar conjuntamente com o sistema
289 nacional de empregos. Passando à ação Transporte Escola Acessível, o Conselheiro
290 Adnilson Marins dos Santos identificou que o plano da educação não previa o
291 financiamento das escolas especiais. Ponderou também que existiam algumas
292 entidades que executavam esse trabalho muito bem e estavam sendo deixadas de
293 lado. O Conselheiro Joaquim Santana Neto parabenizou a iniciativa, destacando ser
294 uma medida salutar e de grande valia para a população, principalmente as pessoas
295 com deficiência. A Conselheira Rosângela da Silva Santos, ressaltando algumas
296 problemáticas enfrentadas por quem necessita do transporte escolar acessível, sugeriu
297 uma avaliação caso a caso para que a permanência na escola fosse efetiva. O
298 Conselheiro Domingos João Montagna indicou que constava do plano somente o
299 transporte acessível para o meio urbano. Questionou se o transporte seria próximo à
300 residência; se o programa teria alguns requisitos para o processo de terceirização e
301 convênio do transporte escolar com empresas privadas no município. O Conselheiro
302 Luiz Cláudio Pontes da Silva apontou que muitos dos transportes possuíam o símbolo
303 internacional de acesso, todavia, não o era. Com isso questionou se essa nova ação
304 daria continuidade à promulgação de tal ato errôneo. Destacou, por fim, que o mesmo
305 se dava na mesma medida para os ônibus interestaduais. Com tanto, o Conselheiro

306 Joiran Medeiros da Silva esclareceu que o investimento na escola pública era feito pelo
307 Ministério da Educação e a política instituída na perspectiva da educação inclusiva
308 tinha como pauta o investimento em escola inclusiva pública e não em entidades que
309 prestavam educação, mas que eram convidadas para o atendimento educacional
310 especializado. Contudo, acreditava que poderia existir a possibilidade de compra de
311 transporte acessível via financiamento junto ao FNDE e BNDES. O transporte acessível
312 seria garantido tanto para as pessoas com mobilidade reduzida e para aquelas pessoas
313 sem mobilidade reduzida, sendo o mesmo universal. Destacou que dependeria de cada
314 sistema de ensino os critérios para as empresas privadas garantirem o transporte com
315 acessibilidade. Ponderou que o repasse era feito ao município e ao estado e, deste
316 modo, cabia aos mesmos o sistema de fiscalização. Afirmou que a estrutura do ônibus
317 do transporte acessível urbano encontrava-se em processo de desenho, por ser muito
318 diferente do transporte rural, o qual exigia uma maior robustez. O Conselheiro Antônio
319 José Nascimento Ferreira complementou informando que esta proposta supria uma
320 necessidade verificada na primeira pesquisa do BPC na Escola, a qual apontou o
321 transporte como uma das dificuldades das crianças irem à escola. Informou ainda que
322 a SNPD dialogava com o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade
323 Industrial/INMETRO para não só regular o desenho do veículo urbano, como também
324 os veículos de turismo e interestaduais. Por fim, informou que naquele mesmo dia, às
325 16 horas, o Conselho receberia a visita da Ministra Maria do Rosário Nunes,
326 juntamente com o Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, a fim de pautar o tema
327 educação inclusiva e educação especializada. Após, o Conselheiro Marcos Cordeiro de
328 Souza Bandeira lembrou que o Decreto 5.296, de 2004, mencionava o prazo de dez
329 anos para que 100% da frota de ônibus passasse a ser acessível. Sugeriu que o passe
330 livre interestadual fosse subsidiado pelo Governo. Com relação ao item BPC na Escola,
331 a Conselheira Rosângela da Silva Santos ateu-se à articulação para o fornecimento
332 de órteses e próteses, afirmando a necessidade de adequação às necessidades para
333 cada tipo de deficiência. O Conselheiro Marcos Antônio Gonçalves ponderou que era
334 preciso envolver nesta ação a saúde, a fim de antecipar a contemplação dos
335 beneficiários ainda na escola. Questionou também como se pensava essa ação a
336 curto, médio e longo prazo. Ao passo que a Conselheira Elyria Bonetti Yoshida
337 Credidio esclareceu que o programa BPC na Escola era um programa interministerial,
338 envolvido o Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à
339 Fome, o Ministério da Saúde e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da
340 República, cuja gestão era feita através de um grupo um grupo gestor interministerial e

341 também os grupos gestores no âmbito do Estado e dos municípios. Com relação à
342 articulação para o fornecimento de órteses e próteses, afirmou que o programa teve
343 como uma das suas principais ações o levantamento das barreiras que impediam o
344 acesso e permanência na escola, ao passo que foi verificada a dificuldade do acesso
345 às próteses e às órteses e, portanto, o Ministério da Saúde fez o levantamento por
346 Estado e encaminhou a relação dos beneficiários que necessitavam dessas próteses e
347 órteses e demandou as devidas providências. Afirmou ainda que o programa tinha
348 como alvo não só a colocação da criança na escola e sua, mas dava todo apoio
349 necessário para melhorar a sua autonomia e qualidade de vida. Destacou com isso que
350 a meta do Programa era inserir todos os beneficiários na escola. A Sra. Cristiane
351 complementou as informações afirmando que o Ministério da Saúde fez a identificação
352 dessas crianças e adolescentes de 0 a 18 anos e encaminhou à Secretaria Municipal
353 de Saúde, em especial os coordenadores estaduais e municipais da saúde da pessoa
354 com deficiência, um CD com a identificação de todas as crianças e adolescentes do
355 programa BPC na Escola, com suas necessidades de medicamentos, de órteses e
356 próteses e toda e qualquer necessidade para o atendimento em reabilitação. E os
357 coordenadores tinham o compromisso de atenderem prioritariamente esse público.
358 Afirmou ainda que uma outra proposta do Plano criar um comitê para discutir uma
359 descrição única dos procedimentos, os quais facilitariam dispensação e a concessão
360 com qualidade das órteses e próteses. O Conselheiro José Alcides Marton da Silva
361 questionou a possibilidade de remeter o Plano a outras pessoas naquele momento. Ao
362 passo que o Conselheiro Antônio José Nascimento Ferreira esclareceu que por se
363 tratar de não ser um plano fechado seria melhor não redistribuir o mesmo. O
364 Conselheiro Domingos João Montagna indagou como era feito o acompanhamento dos
365 beneficiários das órteses e próteses posterior ao repasse das mesmas. Ao passo que o
366 Conselheiro Antônio José Nascimento Ferreira apontou que o tema seria tratado no
367 Eixo Reabilitação e sugeriu remeter o questionamento a esse momento de
368 esclarecimento. Com isso, o Conselheiro requerente acatou a sugestão. Não havendo
369 mais destaques nos itens do Eixo Acesso à Educação e ao Trabalho, o Conselheiro
370 Antônio José Nascimento Ferreira informou que houve destaque no item Implantação
371 dos centros de referências e unidades integradas de reabilitação do Eixo Prevenção e
372 Reabilitação. O Conselheiro Marcos Antônio Gonçalves sugeriu que os estados e
373 municípios criassem centros também, não depender somente do programa do Governo
374 Federal. Solicitou maiores esclarecimentos do que seria o CER e o UNIR. O
375 Conselheiro Joaquim Santana Neto questionou como fazer para que outros centros

376 integrados de reabilitação pudessem ser implantados no país. A Conselheira
377 Rosângela da Silva Santos mostrou-se preocupada com relação à definição de
378 protocolos e processos de trabalho de reabilitação. Apontou que quando tratava-se de
379 protocolos e padronização, o Ministério da Saúde possuía protocolos definidos, todavia,
380 em alguns setores não se visualizava padronização do SUS nos convênios com
381 organizações não-governamentais. Ponderou, por fim, que sua preocupação em
382 qualquer definição de protocolo era o monitoramento, avaliação e a validação, ou seja,
383 o certificado de qualidade para que se tivesse um parâmetro no momento do
384 planejamento, inclusive a nível orçamentário. O Conselheiro Marcos Cordeiro de Souza
385 Bandeira sugeriu uma ampla campanha de divulgação dos Centros de Referência em
386 Reabilitação e das Unidades Integradas de Reabilitação. Defendeu também a
387 manutenção dos recursos para essas unidades de reabilitação. O Conselheiro Antônio
388 José Nascimento Ferreira solicitou maiores esclarecimentos sobre o que seriam os
389 CERs e os UNIRs. Ao passo que a Sra. Cristiane esclareceu que havia uma rede
390 fragmentada de habilitação e as instituições referidas teriam como objetivo garantir,
391 qualificar e ampliar a articulação em rede dos serviços de reabilitação. Explicou que a
392 proposta do UNIR era ser a unidade descentralizada, mais próxima à população e mais
393 próxima nos NASFs, além de promover um atendimento e a concessão de algumas
394 órteses e próteses mais simples, sendo baseado em territórios e instalados a cada
395 duzentos mil habitantes. Já o CER seria um polo formador, com recursos para incentivo
396 à pesquisa, além de garantir um atendimento mais diferenciado, principalmente na
397 primeira infância, de zero a três anos. E o mesmo seria instalado a cada um milhão e
398 meio de habitantes, mas com maior equipamento tecnológico. Com relação à
399 concessão de órteses e próteses ao público do Programa BPC na Escola, esclareceu
400 que a concessão só seria feita se estivesse atrelada a um processo de reabilitação.
401 Justificou ainda que a Rede Sarah de Hospitais apoiaria o Ministério da Saúde devido à
402 sua expertise e com o objetivo de multiplicar sua tecnologia. Afirmou que o Ministério
403 da Saúde faria um trabalho conjunto com a Rede Sarah, entre outros parceiros em
404 suas expertises para cada protocolo e o que seria levado a consulta pública. Não
405 obstante, o protocolo teria um certificado de qualidade do Ministério da Saúde e seria
406 aplicado nos serviços da rede de reabilitação. Por derradeiro, acatou a proposta de
407 ampla divulgação. O Conselheiro Ricardo de Oliveira Pedroso apresentou proposta de
408 política pública da Prefeitura de São José do Campos/SP ao CONADE, a qual
409 contemplava a criação de mecanismos de estímulos a uma abordagem nacional de
410 tratamento integral da deficiência, notadamente as físicas e motora, também podendo

411 abrigar ações em centros cirúrgicos para outras deficiências, especialmente estimular o
412 desenvolvimento de centros de tratamento global de deficiência, incluindo centro
413 cirúrgico e internação voltados para a deficiência por iniciativas que encontravam-se
414 disponíveis ou pela criação das mesmas. Ao passo que a Sra. Vera Mendes afirmou
415 que o Ministério da Saúde ampliava e criava novas unidades para acolher os diversos
416 procedimentos, inclusive os de alta complexidade que a deficiência exigia. Todavia,
417 elaborava o mapa de experiências exitosas em todo o país. A Conselheira Glauciane
418 Costa Santana questionou como se daria o atendimento ao paciente com um tempo
419 exíguo e a quantidade de profissionais insuficiente para a quantidade de previsão de
420 atendimentos. Ao passo que a Sra. Vera Mendes afirmou que a proposta do UNIR e do
421 CER era no sentido de mudar essa realidade, prever, em vez de serviços isolados, uma
422 rede de fato assistencial. A Sra. Cristiane complementou afirmou que era prevista uma
423 equipe mínima, de acordo com a capacidade instalada do serviço. Isto posto, o
424 Conselheiro Antônio José Nascimento Ferreira apontou que o técnico do Ministério das
425 Cidades, Rodrigo Esteves, encontrava-se ali para fazer alguns esclarecimentos sobre o
426 Programa Minha Casa, Minha Vida. Com isso, abriu a palavra ao mesmo, que informou
427 que o programa habitacional do Governo Federal encontrava-se em sua segunda etapa
428 e houve um pleito da Secretaria de Direitos Humanos no sentido de que fossem feitas
429 algumas alterações na especificação das unidades visando contemplar a
430 acessibilidade. Nesse sentido, tanto as casas como os apartamentos tiveram sua área
431 útil interna ampliada, visando permitir a acessibilidade e a circulação e a meta dessa
432 modalidade do programa era a construção de 860 mil moradias adaptadas em três
433 anos e meio, sendo que 3% dessas unidades já seriam adaptadas com a instalação
434 dos kits conforme o tipo da deficiência do beneficiário conforme a lista entregue pelas
435 Prefeituras. O Conselheiro Domingos João Montagna afirmou que a meta de 3% das
436 unidades era muito tímida. Ao passo que o Sr. Rodrigo Esteves afirmou que esse era
437 um percentual mínimo e nada impedia que fosse maior e competia à Prefeitura
438 selecionar a indicação das famílias beneficiadas. Após, o Conselheiro Antônio José
439 Nascimento Ferreira informou que o CONADE receberia a presença do Ministro da
440 Educação, Fernando Haddad, porém, dar-se-ia segmento aos destaques até o
441 momento da chegada do Ministro. O Conselheiro Raimundo Nonato Lopes de Sousa
442 observou que no primeiro eixo, na ação Alterações do BPC também era responsável o
443 Ministério da Previdência Social. Com isto, a Conselheira Elyria Bonetti Yoshida
444 Credidio solicitou também a inclusão do Ministério do Desenvolvimento Social e
445 Combate à Fome nesta ação. Seguindo os destaques e em relação à ação

446 “implantação dos centros de referência e unidades integradas”, o Conselheiro Marcos
447 Cordeiro de Souza Bandeira sugeriu inserir no plano a manutenção do implante para
448 surdos colocado por meio de cirurgia, por se tratar de uma manutenção dispendiosa.
449 Com isso, a Sra. Vera Mendes abordou que esse plano sofreria alguns ajustes e
450 aperfeiçoamentos para além da área da pessoa com deficiência, que seria a área de
451 alta complexidade e englobava a referida manutenção. Assumindo a condução
452 temporária dos trabalhos, o Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné anunciou o
453 próximo item que sofreu destaques, o qual seria “Ampliação do acesso a órteses e
454 próteses”. O Conselheiro Domingos João Montagna questionou se a população teria
455 acesso a novas tecnologias na área de prótese e órtese, por exemplo, uma pessoa
456 com mobilidade reduzida poderia ter acesso a uma cadeira motorizada. A Conselheira
457 Rosângela apontou o item que previa aos estados e municípios investimento na
458 construção/reforma e recursos humanos. Com isso, destacou a necessidade do
459 acompanhamento por parte dos conselhos estaduais e municipais da execução dessas
460 responsabilidades a fim de garantir prestação de serviços. O Conselheiro Joaquim
461 Santana Neto sugeriu um convênio entre o Ministério da Saúde, Estados e Municípios
462 para uma ampliação da oferta de órtese e prótese nos municípios. A Conselheira
463 Valdenora da Cruz Rodrigues como poderia ser feito o acompanhamento dos recursos
464 repassados aos estados. Ponderando que a oferta seria ampliada, o Conselheiro
465 Domingos João Montagna reforçou a necessidade do ampliação do acesso ao
466 orçamento pelos municípios, o acompanhamento, manutenção e orientação da
467 utilização desses equipamentos, além de permitir o acesso às novas tecnologias. A
468 Conselheira Rosângela da Silva Santos apontou que na meta 2012/2014 havia a
469 previsão da a revisão e adequação da tabela de produtos estratégicos do SUS.
470 Ponderou com isso que era importante a padronização dos preços. Ponderando que
471 era descontado o valor da consulta do médico dos recursos para fornecimento das
472 órteses e próteses em estados que possuíam somente um médico fisiatra, o
473 Conselheiro Isaías Dias questionou se havia nova perspectiva de aprimorar o
474 fornecimento de órteses e próteses nos municípios que só tenha um médico fisiatra
475 para fazer o laudo. Com isso, a Sra. Vera Mendes afirmou que o dinheiro da órtese e
476 prótese deveria ser usado para apenas este fim. Todavia, os municípios deveriam ser
477 melhor orientados e regulados quando utilizam desse recurso para fazer a contratação
478 de equipes, que o fazem quando não tem outra alternativa. Apontou que o Ministério
479 possuía varias estratégias de ampliação do acesso à população, ampliando a rede de
480 serviços para a atenção especializada e de forma descentralizada. Afirmou que as

481 oficinas ortopédicas que eram implementadas proporcionaria adaptações singulares
482 para a sua deficiência. Ponderou que a revisão da tabela deveria ser feita a partir de
483 uma leitura melhor do diagnóstico da situação, considerando que indicadores na área
484 de deficiência eram ainda muito precários. **Visita do Ministro da Educação, Sr.**
485 **Fernando Haddad.** O Conselheiro Antônio José Nascimento Ferreira destacou a
486 satisfação de receber o Ministro naquela reunião e passou a palavra à Ministra Maria
487 do Rosário Nunes, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da
488 Presidência da República, que saudou a todos e afirmou que a inclusão das pessoas
489 com deficiência na plenitude dos seus direitos humanos pela via da educação era
490 essencial. Com isso passou a palavra ao Ministro Fernando Haddad para suas
491 considerações, que destacou que o motivo da sua presença, em caráter extraordinário,
492 era em função do fato de que os trabalhos do Congresso avançavam em relação ao
493 Plano Nacional de Educação e era útil uma conversa franca para que os trabalhos
494 pudessem avançar sem causar nenhuma inconveniência para a sociedade que
495 confundisse mais do que esclarecer as políticas públicas em benefício da pessoa com
496 deficiência. Apontou que o Ministério, há muito tempo, articulava-se para atender todos
497 na sua especificidade, que inúmeras e infinitas. Apontou que em uma visita a Cuba
498 conheceu um programa de busca ativa de pessoas com deficiência em casa e trouxe
499 ao país esse conceito. Com isso, em 2008, criou o Programa Benefício de Prestação
500 Continuada na Escola, BPC na Escola, por haver 300 mil crianças em idade escolar
501 que recebiam o benefício, mas não constavam no censo escolar, ou seja, não
502 frequentavam qualquer tipo de escola, regular ou especial. Afiançou que o Ministério
503 trabalhava no contexto de oferecer condições para que todos pudessem frequentar a
504 escola. Dentro desse modelo que todos têm direito à educação, o Ministério
505 patrocinava a conformação dos equipamentos, da formação de professores, garantido
506 os investimentos necessários para a adequação das escolas para acelerar o processo
507 de inclusão, sobretudo, daquela pessoa que estava fora da escola, tanto a escola
508 especial, como a escola regular. Apontou que entre 2008 e 2010, o último censo
509 escolar mostrou que foram inclusos cem mil dos trezentos mil beneficiários do BPC.
510 Contudo apontou que 2% da população de sete a catorze anos dentro de um universo
511 de 50 milhões de alunos encontravam-se fora da escola e eram esses 2% o público-
512 alvo do Ministério. Para tanto, indicou que o MEC assumiu, em 2006, as escolas
513 especiais, mesmo que geridas pela sociedade organizada privada no Fundo de
514 Desenvolvimento da Educação Básica, o FUNDEB. Deste modo, as escolas especiais
515 eram consideradas pela legislação, para todos os efeitos, escolas públicas. Apontou

516 também que a partir de 2008 o estudante com deficiência que estivesse matriculado na
517 escola regular e também na escola especial teria o financiamento em dobro do
518 FUNDEB. Garantindo que não só as escolas especiais recebessem o tratamento
519 adequado, mas impedir a disputa entre as escolas pela matrícula, criando assim um
520 ambiente de cooperação, no sentido de propiciar, estimular e induzir as duas
521 matrículas. Ressaltando a importância da socialização das crianças com deficiência e a
522 troca de benefícios entre as crianças com e sem deficiência. Por fim, ressaltou que o
523 objetivo do Decreto 6.571 de 2008 era o de substituir a cultura da competição pela
524 cultura da cooperação. O Conselheiro José Alcides Marton da Silva apreciou a postura
525 do Ministro com relação à dupla matrícula e apontou que o Estado do Paraná fez a
526 opção fechada pela educação especial. O Conselheiro Marcos Antônio Gonçalves
527 apontou que as escolas não estavam preparadas nem para atender as pessoas com
528 deficiência, nem as crianças superdotadas. O Conselheiro Raimundo ponderou que
529 com a mudança da legislação do BPC haveria a maior inclusão das crianças que
530 recebiam o benefício e, com isso, parabenizou o Ministro pelas iniciativas. O
531 Conselheiro Marcos Cordeiro de Souza Bandeira sugeriu a troca de experiência entre
532 as escolas inclusivas e os centros especializados em deficiências específicas, a fim de
533 qualificar melhor a educação. Defendeu, por fim, a cultura da Libras e da oralidade do
534 surdo conjuntamente. O Conselheiro Evangel Vale dos Santos Júnior afirmou que
535 gostou muito do plano apresentado, todavia, o surpreendeu o fato de não ter a previsão
536 de investimento em capacitação de agentes de controle social. O Ministro Fernando
537 Haddad afirmou que era favorável tanto ao oralismo como à Libras e apontou os
538 benefícios da dupla matrícula. O Sr. Luiz Cláudio Pontes da Silva parabenizou o
539 Ministro pela iniciativa. O Conselheiro Joaquim Santana Neto parabenizou a Ministra
540 Maria do Rosário Nunes por prestigiar o CONADE convidando vários ministros para
541 debater assuntos de maior relevância para o país. Também solicitou maiores
542 esclarecimentos sobre a garantia de 5% das vagas do PRONATEC às pessoas com
543 deficiência. O Conselheiro Antônio José Nascimento Ferreira apontou que não verificou
544 no Plano o grande investimento nas salas de recursos multifuncionais, o que, segundo
545 ele, alavancaria de fato a permanência da pessoa com deficiência na escola regular.
546 Todavia, esses equipamentos seriam caros e a gestão dos mesmos era estadual.
547 Portanto, quando esses equipamentos quebravam, por serem equipamentos bastante
548 caros, a tendência é que ficassem obsoletos e quebrados e muitos nem chegavam a
549 ser instalados. Com tanto, questionou se era possível o plano contemplar o Programa
550 Dinheiro Direito para a Escola, a fim de que as mesmas realizassem a manutenção

551 desses equipamentos. A Conselheira Glauciane Costa Santana questionou quais
552 seriam as estratégias de monitoramento da execução do plano, ao passo que a
553 realidade apontava que os professores não se queixavam da impossibilidade de
554 realizar essa capacitação, mas eles se sentiam incapazes de receber capacitação em
555 alguns momentos porque trabalhavam três expedientes devido à remuneração.
556 Apontou que em uma sala com 40 alunos era humanamente impossível fazer a
557 execução do plano, mesmo havendo um apoio. Indagou, por fim, qual seria o processo
558 de monitoramento da adequação arquitetônica da escola. O Conselheiro Adnilson
559 Marins dos Santos parabenizou a iniciativa afirmando que sempre foi um defensor do
560 investimento para as escolas especiais. O Conselheiro Isaías Dias afirmou que a CUT
561 defenderia o PNE e, em especial, a meta quatro, universalização do atendimento
562 integral na perspectiva da dupla matrícula e da educação em tempo integral, e sempre
563 estaria ao lado dos governos que faziam política de inclusão da pessoa com
564 deficiência. Questionou por fim como fazer o controle ou negociações junto aos
565 estados e municípios para que pudessem fazer também a política de educação
566 inclusiva em convênio com o MEC. A Conselheira Cleomar Martins de Lima questionou
567 se dentro do plano de ação para a pessoa com deficiência era previsto ações para a
568 pessoa com autismo, devido às necessidades especiais deles. A Deputada Federal
569 Mara Gabrilli, do PSDB do Estado de São Paulo, destacou que era membro da
570 Comissão de Educação da Câmara dos Deputados Federais e se colocou à disposição
571 não só no que dizia respeito à educação, mas qualquer outro assunto referente a
572 pessoas com deficiência. O Conselheiro Ricardo de Oliveira Pedroso agradeceu a
573 Ministra Maria do Rosário Nunes pela sensibilidade demonstrada com o CONADE para
574 com as pessoas com deficiência e pelo trabalho diferencial que executava. Por fim,
575 ofereceu à mesma álbum de fotografia das sete maravilhas de Mogi das Cruzes em
576 sua homenagem. Finalizando as falas, a Ministra Maria do Rosário Nunes agradeceu a
577 presença do Ministro e destacou que as ações do plano se desdobrariam ao longo de
578 toda a vida da pessoa com deficiência. Ponderou que a escola era essencialmente
579 também um lugar de direitos e de convivência e precisava ser isso para todos,
580 indistintamente da condição de serem crianças com deficiência ou não. Afirmou que
581 haviam 200 mil crianças e adolescente fora da escola e realizaria a busca ativa,
582 juntamente com o CONADE e se era uma meta do plano necessitaria de todas as
583 escolas especiais e de todas as salas de recursos possíveis, além de mudar o
584 pensamento de muitos professores. Com isso, passou a palavra ao Ministro Fernando
585 Haddad, que reafirmou sua posição colocada anteriormente, de cooperação entre a

586 escola inclusiva e o ensino regular para a inclusão social da pessoa com deficiência.
587 Com isso, a Ministra Maria do Rosário Nunes propôs a inclusão do conceito da dupla
588 matrícula no plano. De acordo, o Ministro Fernando Haddad agradeceu a todos.

589

590 **DIA 06 DE SETEMBRO DE 2011**

591 **Reabertura.** Verificado quórum por meio de chamada oral, a reunião foi reaberta pelo
592 Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné, devido à ausência momentânea do Vice-
593 Presidente, Antônio José Nascimento Ferreira. **Apreciação do Plano Nacional Para**
594 **Pessoas com Deficiência.** Auxiliando a mesa, a Conselheira Rosângela da Silva
595 Santos informou que o próximo destaque foi feito no item prevenção, identificação e
596 intervenção precoce de deficiências, na ação ampliação e qualificação da triagem
597 neonatal. Contudo, o Conselheiro Isaías Dias informou que a representação do
598 Ministério da Saúde não estava presente. Com isso, o Conselheiro Fábio Borges de
599 Abreu, Representante do Ministério do Trabalho e Emprego, informou que ficaram dois
600 pontos sem esclarecimento no dia anterior. Ao passo que prestou esclarecimentos
601 sobre o funcionamento e a metodologia do banco nacional de emprego. Seguindo com
602 a pauta, o Conselheiro Domingos João Montagna informou que seriam quatro as
603 patologias identificadas no teste do pezinho, as quais seriam: hipertireodismo
604 congênito, fenilcetonúria, hemoglobinopatias e fibrose cística; afirmando que a doença
605 falciforme, como estava posto no plano, fazia parte das hemoglobinopatias. Na
606 sequência, o Conselheiro Marcos Cordeiro de Souza Bandeira sugeriu um cadastro na
607 rede pública de acompanhamento das grávidas, para aquelas que tivessem qualquer
608 tipo de doença, a fim de ficar registrada a probabilidade da criança nascer com
609 deficiência. Apontou que alguns médicos otorrinolaringologistas não conheciam o teste
610 da orelhinha. Assim sendo, sugeriu o desenvolvimento de um trabalho de divulgação do
611 referido teste. A Conselheira Rosângela da Silva Santos a elaboração e pactuação de
612 protocolos clínicos e a ampliação dos dados epidemiológicos. Com tanto, a Sra.
613 Andréia, representante do Ministério da Saúde, afirmou que acatava as contribuições e
614 levaria às discussões no Ministério, considerando que o plano estava em fase de
615 elaboração. Na sequência, o Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné informou que o
616 próximo destaque foi na Ação Segundo Tempo Pessoa com Deficiência, do Eixo
617 Inclusão e Promoção Social. O Conselheiro Marcos Antônio Gonçalves questionou
618 como se dava o desenho deste programa a nível nacional para envolver também a
619 sociedade organizada, a fim de garantir também a colocação da pessoa com
620 deficiência no mercado de trabalho. Sobre a ação Programa Esporte e Lazer da

621 Cidade, o Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné questionou se a meta pactuada
622 seria alcançada através de parcerias com as entidades através dos convênios ou com
623 as prefeituras e os governos. Ao passo que o Conselheiro Rivaldo Araújo da Silva
624 informou que o Ministério estava aberto a parcerias toda e qualquer entidade e seria
625 lançado edital deste programa específico convocando quem preenchesse os requisitos.
626 Esclareceu que o Programa Segundo Tempo Pessoa com Deficiência dar-se-ia por
627 meio de convênios e, naquele momento, o Ministério esperava com isso aumentar o
628 número de pessoas com deficiência praticando esportes, abrindo núcleos nas
629 universidades federais. O Conselheiro Luiz Cláudio Pontes da Silva questionou qual a
630 possibilidade de realizar esse convênio com universidades particulares. Seguindo, o
631 Conselheiro Marcos Antônio Gonçalves solicitou maiores esclarecimento sobre as
632 Rede de Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo de Lazer (Rede CEDES).
633 Assim sendo, o Conselheiro Rivaldo Araújo da Silva ponderou que o convênio com a
634 universidade particular poderia ser um ponto a se pensar a partir daquela proposição.
635 Explicou que a rede CEDES era celebrada nas universidades por elas independerem
636 do fator político para dar continuidade ao programa e que a linha de pesquisa aberta foi
637 para suprir a carência que existia na área de esporte para pessoas com deficiência.
638 Tinha como objetivo utilizar de monografias de especialização, dissertações de
639 mestrado e as teses de doutorado e editar livros. O Conselheiro Ricardo de Oliveira
640 Pedroso informou que Mogi das Cruzes tinha duas universidades, a Universidade Brás
641 Cubas e a Universidade de Mogi das Cruzes e o Conselho Estadual recebeu proposta
642 de construção de um ginásio de paradesporto no município. Com isto, questionou qual
643 seria o meio para criar um polo dessa proposta encaminhada pelo Ministério do
644 Esporte. Ao passo que o Conselheiro Rivaldo Araújo da Silva esclareceu que era
645 necessário oficializar ao Ministério a intenção de desenvolver a ação. Apontou que a
646 educação física nas escolas era atividade do MEC. Não havendo mais destaques neste
647 eixo, o Conselheiro Antônio José Nascimento Ferreira passou ao próximo:
648 Acessibilidade Física e Tecnológica; e de pronto solicitou a mudança do título do eixo
649 para Acessibilidade Arquitetônica e Tecnológica. Com relação ao item Centro Nacional
650 de Referência em Tecnologias Assistivas, o Conselheiro Ricardo de Oliveira Pedroso
651 questionou se as universidades deveriam requisitar a parceria ou haveria edital para
652 implementar os núcleos interdisciplinares de tecnologia assistiva e se existia um grupo
653 de trabalho virtual para envio de contribuições e acompanhamento do processo. O
654 Conselheiro Marcos Antônio Gonçalves indagou como se daria a articulação com a
655 política de compras governamentais e como seria a metodologia de criação e

656 instalação dos núcleos. Com isso, o Representante do Ministério da Ciência e
657 Tecnologia, José Neto, esclareceu que havia uma linha de ação do governo e o
658 propósito era que os interessados em formar os núcleos nas universidades
659 estabelecessem um convênio com o MCT. Para tanto, deveria ser manifestada a
660 vontade de firmar convênio através de ofício. Informou que havia uma chamada pública
661 em curso para isso. Apontou que a ideia era uma rede formada pelas universidades, a
662 fim de desenvolverem tecnologias para a população demandante. Destacou, por fim,
663 que a meta seria ter um centro por estado. O Conselheiro Antônio José Nascimento
664 Ferreira complementou informando que o governo trabalhava na perspectiva de
665 organizar uma rede de compras consumidora de fornecedores nacionais, dentro de um
666 padrão de preço aceitável, com vistas a organizar o fomento ao desenvolvimento e à
667 inovação tecnológica. Indicou ainda que havia proposta de criação de um grupo de
668 trabalho governamental e um grupo de trabalho da sociedade civil para desenvolver
669 proposições de desenvolvimento e inovação tecnológica para as pessoas com
670 deficiência. Acresceu que os centros propostos tinham como objetivo aproveitar as
671 estruturas das universidades, fomentá-las com recursos a fim de que os centros
672 tecnológicos pudessem dar continuidade às ações já iniciadas pelo conhecimento
673 acadêmico. O Conselheiro Rivaldo Araújo da Silva informou também que o Ministério
674 do Esporte forneceria lista ao MCT de demandas para o esporte de pessoas com
675 deficiência e, uma vez aprovadas as tecnologias, as mesmas seriam produzidas em
676 escala de distribuição para o país inteiro. O Conselheiro Domingos João Montagna
677 questionou como as equipes, entidades civis e também organizadas pelo poder público
678 local poderiam ter acesso a essas tecnologias assistivas, os novos equipamentos,
679 próteses e órteses para realmente uma prática do esporte com condições adequadas
680 aos para-atletas. O Sr. José Neto acresceu que a Financiadora de Estudos e Projetos
681 FINEP elaborava edital para desenvolvimento de tecnologias assistivas, tanto de uma
682 forma genérica quanto para o paradesporto, visando eliminar a dependência de
683 equipamentos importados. O Conselheiro Rivaldo Araújo da Silva esclareceu que o ME
684 repassava recursos para a aquisição de equipamentos só para instituição municipal,
685 estadual ou federal. Entretanto, financiava despesa de custeio, material esportivo,
686 peças de reposição às ONGs desde que apresentassem um projeto básico. Acresceu
687 ainda que foi criada a Lei 10.451, que possibilitava, por intermédio da confederação da
688 modalidade junto ao Comitê Paraolímpico e ao Ministério do Esporte, a isenção de
689 todos os tributos de importação de equipamento necessário, desde que não houvesse
690 equipamento similar no Brasil. Seguindo, o Conselheiro Antônio José Nascimento

691 Ferreira informou que a Conselheira Elyria Bonetti Yoshida Credidio não estaria
692 presente na parte da tarde daquele dia e a mesma solicitou que fosse adiantado o
693 esclarecimento sobre item das ações internas de governo, o qual seria Capacitação
694 das Equipes do Sistema Único de Assistência Social/SUAS. Com isso, a Conselheira
695 Elyria Bonetti Yoshida Credidio informou que era item de preocupação do MDS a
696 formação dos profissionais dos CRAS e dos CREAS que atendiam diretamente a
697 população. Não obstante, existia a previsão, dentro dos cursos de capacitação
698 ofertados aos profissionais do SUAS, de introdução de temas relacionados ao
699 atendimento e acompanhamento de famílias de pessoas com deficiência e das
700 pessoas com deficiência, com módulo voltado ao acompanhamento das pessoas com
701 deficiência e suas famílias em situação de dependência. Na sequência, o Conselheiro
702 Marcos Cordeiro de Souza Bandeira sugeriu um cadastro da pessoa com deficiência
703 para que o governo elaborasse um programa efetivo voltado para o servidor com
704 deficiência. Seguindo, o Conselheiro Evangel Vale dos Santos Júnior mostrou-se
705 surpreso com a proposta e o investimento de 16 milhões na criação e manutenção de
706 centros de formação em nível técnico de treinadores e instrutores de cães-guia e
707 centros de treinamentos de cães-guia, considerando que a questão não estava nem
708 bem resolvida entre o segmento dos cegos. Ao passo que o Conselheiro Antônio José
709 do Nascimento Ferreira esclareceu que esta era uma proposta da Secretaria de
710 Direitos Humanos e que o governo tinha que pensar em todas as necessidades das
711 pessoas, considerando inclusive as suas características e peculiaridades, lembrando
712 que, em 2007, o Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, assinou lei e,
713 subsequentemente, decreto remetendo a SDH a obrigatoriedade de regular o uso e
714 fornecimento do cão guia no Brasil. Com relação ao Catálogo Nacional de Tecnologias
715 Assistivas, o Conselheiro Ricardo de Oliveira Pedroso questionou como poderia ter
716 acesso ao mesmo. A Conselheira Rosângela da Silva Santos afirmou que constava
717 apenas o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e falava-se em qualidade de
718 vida de pessoas com deficiência e pessoas idosas. Portanto, sugeriu também a
719 contribuição do Ministério da Saúde, no sentido de que alguns setores do Ministério
720 poderiam contribuir muito. Sugeriu também que o CONADE apresentasse na Feira
721 Internacional de Tecnologias em Reabilitação, Inclusão e Acessibilidade/REATECH a
722 questão do idoso e enfatizasse a política nacional da pessoa com deficiência. Após, o
723 Conselheiro Antônio José do Nascimento Ferreira informou que O MCT dialogava com
724 o MS e a SDH conversava com o conselho federal de fisioterapia e terapia ocupacional,
725 a fim de ampliar as informações do catálogo. O Sr. Juliano, Representante da Casa

726 Civil esclareceu que o catálogo já estava disponível, entretanto, não havia sido lançado
727 formalmente. Completando, o Conselheiro José Alcides Marton da Silva informou que o
728 mesmo estava disponível no endereço eletrônico www.assistiva.org.br. Antes de entrar
729 nas ações internas de governo, o Conselheiro Antônio José Nascimento Ferreira cedeu
730 a palavra à Conselheira Magda Hennes, que informou que além da ação do Programa
731 Minha Casa, Minha Vida, o MCidades apresentou junto à Casa Civil mais três novas
732 propostas. Todavia, o Sr. Juliano, Representante da Casa Civil da Presidência da
733 República, solicitou aos conselheiros que desconsiderassem as propostas até que
734 houvesse uma avaliação mais aprofundada dos ministérios do Planejamento e da
735 Fazenda quanto à disponibilidade de recursos. Ponderou, por fim, que o Plano não se
736 iniciava e se encerrava naquele momento. Não impedia que, uma vez lançado o plano,
737 o mesmo incorporasse novas ações ao decorrer de 2012, 2013, inclusive ações de
738 longo prazo. Com isso, o Conselheiro Antônio José Nascimento Ferreira passou às
739 ações internas do governo, nas quais o primeiro destaque seria com relação à criação
740 do Grupo de Trabalho Estatuto da Pessoa com Deficiência. Ao passo que o
741 Conselheiro Domingos João Montagna afirmou que era consenso do movimento da
742 pessoa com deficiência que a Convenção da ONU sobre Pessoas com Deficiência
743 fosse efetivamente regulamentada em nível de estados e municípios e que os estudos
744 que feitos acerca da legislação fossem encaminhados e regulamentados. O
745 Conselheiro Marcos Antônio Gonçalves defendeu também a regulamentação da
746 Convenção da ONU em detrimento do Estatuto, assim como o Conselheiro Joaquim
747 Santana Neto. O Conselheiro Luiz Cláudio Pontes da Silva a retirada desta ação do
748 Plano de Governo, ponderando que era uma proposta rejeitada pelo segmento das
749 pessoas com deficiências. O Conselheiro Isaías Dias ressaltou que o plano não era
750 objeto de deliberação do CONADE, ou seja, não poderia retirar ou incluir nada além no
751 plano. Com isso, questionou se era posição de governo a aprovação do Estatuto da
752 Pessoa com Deficiência. Diante da impossibilidade de retirar o Projeto de Lei do
753 Estatuto do Congresso, o Conselheiro José Alcides Marton da Silva lembrou que
754 existia compromisso dos parlamentares imbuídos na causa da pessoa com deficiência
755 de reformular a proposta de estatuto no Congresso Nacional firmado com o CONADE.
756 O Conselheiro Adnilson Marins dos Santos defendeu a mudança de nomenclatura do
757 Estatuto, talvez para Regulamentação da Convenção. Com isso, o Conselheiro Antônio
758 José do Nascimento Ferreira informou que a Ministra Maria do Rosário Nunes reuniu-
759 se com o Presidente do Conselho e parlamentares da Frente Parlamentar da Pessoa
760 com Deficiência e fechou o seguinte a criação de grupo de trabalho formado por seis

761 representantes do parlamento, três representantes do CONADE; três representantes
762 dos ministérios, SDH, Casa Civil e MPOG, além de três juristas de notório saber, com
763 data limite de seis meses para propor um novo texto e sob a luz da Convenção. Na
764 sequência, o Sr. Luiz Ricardo, Assessor Jurídico da Deputada Federal Mara Gabrilli,
765 afirmou que tanto a base governista como a oposição não votariam o Projeto de Lei da
766 forma como se encontrava. Diante deste esclarecimento, o Conselheiro Isaías Dias
767 propôs sugerir a mudança de nomenclatura. Ao passo que o Conselheiro Antônio José
768 do Nascimento Ferreira ressaltou que não teria nenhuma dificuldade em fazer a
769 requerida mudança dentro do Grupo. Com isso, passou-se ao próximo item de
770 destaque: material sobre acolhimento no SUS. A Conselheira Rosangela da Silva
771 Santos questionou se o material tinha interface com o Programa Humaniza SUS e se
772 estaria implícita no material de acolhimento também a relação médico/paciente,
773 médico/equipe multidisciplinar. Ao passo que a Sra. Andréia, Representante do
774 Ministério da Saúde esclareceu que a proposta do material tinha no seu escopo a
775 proposta da transversalidade e a política de humanização do SUS, o Humaniza SUS. E
776 afirmou que a proposta envolvia toda a equipe multiprofissional da saúde. Seguindo, a
777 próxima ação que teve destaque foi: Caderno de atenção básica, com o tema cuidado
778 de Pessoa com Deficiência. A Conselheira Rosangela da Silva Santos questionou
779 como se daria a atuação deste caderno dentro do Programa de Atenção Domiciliar à
780 pessoa com deficiência e pessoas com doenças crônicas. O Conselheiro Ricardo de
781 Oliveira Pedroso solicitou maiores esclarecimentos sobre o caderno e se o mesmo
782 poderia ser disponibilizados em lugares para além da saúde, como shopping e centros
783 culturais. A sua acompanhante, Sra. Tina Andrade questionou se o caderno já estava
784 pronto e, senão, existia a possibilidade de contribuições. Ao passo que a Sra. Andréia
785 informou que o mesmo encontrava-se em elaboração e abordaria questões de
786 acolhimento e prevenção por deficiência e a proposta de sua publicação era 2012,
787 contudo, sem a previsão de ampliação para outras áreas além da saúde. O próximo
788 ponto foi: manual de estrutura física das unidades básicas de saúde. A Conselheira
789 Rosangela da Silva Santos questionou como poderia ser resolvida a questão da
790 locomoção da pessoa com dificuldade de acesso ou de transporte até a unidade básica
791 de saúde. Ao passo que a Sra. Andréia esclareceu que o manual já existia. O que se
792 dava naquele momento era a revisão dele e era prevista a discussão sobre
793 acessibilidade na estrutura das unidades básicas. Para tanto, o departamento
794 responsável convidava outras pessoas para auxiliar na proposta de revisão. Passado
795 ao próximo item de destaque: Modelo Único de Valoração e Classificação da

796 Deficiência, o Conselheiro Marcos Antônio Gonçalves solicitou maiores esclarecimento
797 sobre esse modelo. Ao passo que o Sr. Roberto John, Representante da Secretaria
798 Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, esclareceu que esse
799 projeto teve início em 2010 e era um convênio da SNPD e SDH com o Instituto do
800 Trabalho em Sociedade IETS do Rio de Janeiro, vinculado à UFRJ, o qual seria uma
801 transição do modelo da CID para a CIF e tendo como base a Convenção da ONU, que
802 ocorreria em três fases e, na terceira fase, o IETS dialogaria com o CONADE e todos
803 os ministérios que possuíam interface com a questão da deficiência, para culminar na
804 publicação deste novo modelo em dezembro do corrente. Ressaltou, por fim, que era
805 importante o Brasil ter um modelo único de classificação e valoração da deficiência, a
806 fim de facilitar o processo de acesso aos bens e serviços e à política pública. Com isto,
807 o Conselheiro Marcos Antônio Gonçalves solicitou que fossem remetidos aos
808 conselheiros relatórios sobre a elaboração do modelo, a fim que pudessem
809 acompanhar as discussões. Seguindo ao próximo item, o Conselheiro Antônio José
810 Nascimento Ferreira introduziu o item Acompanhante do Servidor com Deficiência
811 esclarecendo que a ação era no sentido de regulamentar o pagamento de diárias e
812 passagens aos acompanhantes dos servidores que, por ventura de seu cargo e função,
813 necessitavam de auxílio. Para tanto, era proposta a mudança no Decreto 9.259, que
814 regularizava as normas e critérios das obrigações do servidor, com vistas a consignar
815 de forma mais clara, nos casos da necessidade, o fornecimento desse apoio para que
816 a pessoa com deficiência pudesse exercer sua função com autonomia. Com isso, o
817 Conselheiro Marcos Antônio Gonçalves sugeriu uma ampliação dessa metodologia
818 para a iniciativa privada. O Conselheiro Marcos Cordeiro de Souza Bandeira sugeriu
819 elaborar uma relação de todos os meios de tecnologia assistiva para todos os tipos de
820 deficiência, garantindo condições mínimas para os servidores com deficiência. A
821 Conselheira Rosângela da Silva Santos questionou se havia estatística do número de
822 servidores com deficiência. A Conselheira Magda Hennes sugeriu uma parceria
823 público-privada, isentando as empresas para o fornecimento desses acompanhantes.
824 Respondendo aos questionamentos, o Conselheiro Antônio José Nascimento Ferreira
825 informou que não haviam os referidos dados. Isto posto, passou ao próximo item:
826 Acessibilidade no Governo Eletrônico. Esclareceu que foi apresentado à SNPD
827 relatório sobre acessibilidade nos sites de governo que apontavam acessibilidade em
828 apenas 2% dos sites de Governo. Com isso, esta ação foi inserida no plano a fim de
829 ampliar esse percentual. Aproveitou para informar que, no dia 21 do corrente mês, a
830 SNPD lançaria a versão três da cartilha do e-mag, além do ambiente acessível

831 Secretaria, o site com o domínio pessoascomdeficiencia.gov.br. o Conselheiro Joelmo
832 Jesus de Oliveira lembrou que a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do
833 MPOG tinha uma manual com todo o procedimento para tornar os sítios
834 governamentais em acessíveis e ponderou que o desafio dali por diante seria como
835 implementar essa acessibilidade no Governo e, a partir do lançamento do Plano, o
836 Governo teria que se preocupar incisivamente em dar o exemplo. Com tanto, o
837 Conselheiro Antônio José Nascimento Ferreira sugeriu uma ampla campanha de
838 divulgação do plano na TV, ponderando que as campanhas eram os principais
839 elementos de erradicação e enfrentamento à discriminação. Com isso, o Conselheiro
840 Evangel Vale dos Santos Júnior sugeriu dentro do Programa de Rádio Voz do Brasil o
841 Minuto Inclusivo. A Conselheira Rosangela da Silva Santos propôs um diálogo entre o
842 MCT e o Ministério da Saúde a fim de favorecer também as pessoas com deficiência
843 na implementação do Cartão SUS. O Conselheiro Ricardo de Oliveira Pedroso sugeriu
844 difundir essas campanhas para além da Voz do Brasil, em outros programas das
845 rádios. Também sugeriu um link no site de cada conselho estadual para divulgação do
846 Plano e entre outras ações desenvolvidas nos respectivos estados. O Conselheiro
847 Marcos Antônio Gonçalves sugeriu uma campanha pensada do Governo e com todos
848 os Ministérios envolvidos na elaboração do Plano. Na sequência, o Conselheiro
849 Antônio José do Nascimento Ferreira sugeriu à Comissão de Comunicação Social
850 convidar a Presidente da Empresa Brasil de Comunicação para discutir a temática. O
851 Conselheiro Joaquim Santana Neto sugeriu que se divulgasse também o nome do
852 CONADE nas propagandas. O Conselheiro Evangel Vale dos Santos Júnior propôs
853 uma rádio web, com a gravação de jornal mensal disponibilização no site, além do
854 Pauta Inclusiva ser gravado e também disponibilizado na rede. Com isto, o Conselheiro
855 Antônio José Nascimento Ferreira passou ao próximo item de destaque: Registro
856 Nacional de Produtos de Tecnologia Assistiva. O Sr. Juliano, Representante da Casa
857 Civil da Presidência da República, esclareceu que o objetivo dessa ação era facilitar a
858 Estados e Municípios terem acesso também aos mecanismos de tecnologia assistiva
859 por meio de uma ata de registro de preços. Com isso, o Conselheiro Antônio José do
860 Nascimento Ferreira passou ao próximo item: Estabelecimento de Protocolo de
861 Acessibilidade Cultural nas “Praças do PAC”. O Sr. Juliano esclareceu que esta foi uma
862 ação proposta pelo Ministério da Cultura e visava a acessibilidade cultural nas praças
863 do PAC, praças de lazer e cultura, ou seja, um mínimo dos projetos realizados no
864 âmbito dessas praças nos Municípios previssem também atividades artísticas
865 elaboradas e apresentadas por pessoas com deficiência e também para pessoas com

866 deficiência. A Sra. Ângela Carneiro da Cunha, coordenadora de acessibilidade da
867 SNPD complementou as informações destacando que o objetivo era ampliar os
868 espaços públicos para a população, sobretudo para jovens, prevenindo violência e
869 permitindo acesso aos serviços sociais e era um equipamento instalado nas áreas de
870 baixa renda, cuja previsão eram de 800 unidades, nas quais conteria cineteatros,
871 bibliotecas, telecentros, CRAS, salas de multiuso, pista de skate, ginásios
872 poliesportivos, quadras de areia. O Conselheiro Ricardo de Oliveira Pedroso
873 questionou se apenas as Praças do PAC contemplavam o acesso universal à
874 informação de uma forma geral à cultura, à arte, lazer, turismo e se haveriam monitores
875 capacitados para tanto e como se colocavam os produtores culturais na sociedade
876 criativa. Ao passo que o Conselheiro Antônio José do Nascimento Ferreira esclareceu
877 que esse protocolo era uma série de medidas que visavam dar acessibilidade nesta
878 ação, Praças do PAC, entretanto, não significava dizer que o Governo não trabalhava
879 as questões de cultura e outros aspectos. Afirmou ainda que a questão dos produtores
880 culturais era uma questão mais ampla, que não estava consignada nesse protocolo.
881 Findadas os itens de destaque, o Conselheiro Evangel Vale dos Santos Júnior sugeriu
882 uma ação do governo de investimento da capacitação dos conselheiros de todos os
883 entes federados. Ao passo que o Conselheiro Antônio José do Nascimento Ferreira
884 explicou que foi uma ação pensada dentro do GT do Plano, todavia, não foi
885 apresentada porque não tinha sido garantido orçamento para esta ação. Findadas
886 todas as manifestações sobre o Plano, o Conselheiro Antônio José Nascimento
887 Ferreira abriu para votação e o mesmo foi aprovado por unanimidade. **Parecer do**
888 **CONADE acerca do Edital do Ministério da Cultura voltado para pessoas com**
889 **deficiência.** O Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné esclareceu que, na reunião
890 passada, a Conselheira Aline Camila Romão Mesquita trouxe a pleno preocupação a
891 respeito de carta de repúdio ao edital do Ministério da Cultura que promovia a
892 premiação de ações de cultura que envolviam pessoa com deficiência. Com tanto,
893 solicitou parecer do CONADE sobre o edital e a carta de repúdio. E após as
894 manifestações dos conselheiros respaldando o edital, o CONADE referendou o edital
895 por aclamação e deliberou por redigir nota de apoio ao edital e que a mesma fosse
896 remetida ao Ministério da Cultura e postada no site da Secretaria. **Informes Gerais.** O
897 Conselheiro Antônio José Nascimento Ferreira informou que: o orçamento do CONADE
898 receberia um incremento de R\$ 5,3 milhões para o próximo ano e, já estava garantido
899 R\$ 3 milhões para a Conferência Nacional da Pessoa com Deficiência; na próxima
900 reunião a SDH voltaria a trabalhar com o pagamento de diárias diretamente aos

901 conselheiros, em detrimento ao sistema de pacotes utilizado até aquele momento; no
902 dia 17 do corrente mês, faria, em Londrina, Paraná, a abertura da Conferência
903 Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência. O Conselheiro Joiran Medeiros da
904 Silva informou que entre os dias 15 a 20 do corrente seria realizada videoconferência
905 sobre o Programa BPC na Escola. **Encerramento.** Vencida a pauta e nada mais
906 havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião.